

ENSINO REMOTO E A PANDEMIA: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM A DISTÂNCIA

REMOTE EDUCATION AND THE PANDEMIC: SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICE AND THE TEACHING PROCESS DISTANCE LEARNING

Msc.Andressa Garcia Castilho¹; Dra. Juliana Mezzomo Flores ²

RESUMO

Esse estudo de revisão bibliográfica objetivou identificar as práticas pedagógicas no ensino do público da Educação Especial durante a Pandemia, para a partir disso, compreender como essa modalidade educacional teve a garantia do seu atendimento especializado no período remoto, haja vista, que esse acolhimento é fortemente caracterizado por seu atendimento presencial. Além disso, esse artigo terá como objetivos específicos: analisar quais os recursos tecnológicos utilizados durante o período de pandemia para o ensino e aprendizagem de alunos da Educação Especial; descrever quais são as estratégias pedagógicas no ensino. A metodologia aplicada foi pesquisa bibliográfica de caráter qualitativa. Adotamos no referencial teórico o parecer 5/2020 sobre o regime de atividades não-presenciais e as leis: 13.146/2015 de Inclusão da Pessoa com deficiência e a lei 9394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira. O aporte teórico apoiou-se na literatura de Mantoan (2006) e Gomes e Lazo (2015), Saviani (2020) para embasar as hipóteses levantadas e as interpretações sugeridas. A partir de conceitos ou proposições inteiramente relacionados, que orientam o pensamento e a investigação.

Palavras-chave: AEE, Educação Especial e Práticas Pedagógicas.

¹ Mestre em Educação e doutoranda pelo programa de pós-graduação em educação PPGED/UFU. filia-se à linha sociedade, trabalho e educação. especialista em tecnologia, mídias e linguagens pela iftm (2017). Graduação em pedagogia pela UFU, e professor de Educação Especial.

² Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal do Espírito Santo, graduada em Ciências Sociais, Mestrado e Doutorado na área de Filosofia.

ABSTRACT

This bibliographic review study aimed to identify pedagogical practices in the teaching of the Special Education public during the Pandemic, in order to understand how this educational modality had the guarantee of its specialized service in the remote period, given that this reception is strongly characterized by its face-to-face service. In addition, this article will have as specific objectives: to analyze the technological resources used during the pandemic period for the teaching and learning of Special Education students; describe what are the pedagogical strategies in teaching. The methodology applied was a qualitative bibliographic research. We adopted in the theoretical framework the opinion 5/2020 on the regime of non-attendance activities and the laws: 13.146/2015 of Inclusion of Persons with Disabilities and Law 9394/96 of the Guidelines and Bases of Brazilian National Education. The theoretical contribution was based on the literature of Mantoan (2006) and Gomes and Lazo (2015), Saviani (2020) to support the hypotheses raised and the suggested interpretations. From entirely related concepts or propositions, which guide thought and investigation.

Keywords: AEE, Special Education and Pedagogical Practices

1. INTRODUÇÃO

1.1 O PESQUISADOR E SEU CONTEXTO

Sou entusiasmada por estudar e buscar enriquecer meu currículo profissional. Minha formação durante toda a vida foi sempre na rede pública na Educação Básica. Dessa forma sempre prezo pela educação gratuita e com qualidade. Durante meu Ensino Superior realizei graduação em Pedagogia e Educação Física na Universidade Federal de Uberlândia porque são áreas que ajudam a desenvolver meu trabalho docente na área de Atendimento Educacional Especializado.

Com isso, em geral, meus cursos e formações são trilhadas sobre assuntos relacionados a Educação Especial. Atualmente estou terminando o Doutorado em Educação e sou Coordenadora da Educação Especial no Centro de Ensino do Triângulo Mineiro, onde tenho a oportunidade de acompanhar alunos do Ensino Médio e Superior com deficiência. Esse tipo de trabalho também foi desenvolvido no ano de 2020, no IFES do Campus Santa Teresa, onde tive oportunidade de executar aulas remotas para os alunos do Ensino Médio. Nesse local acompanhei as atividades e execuções das Apnps. Durante todo o período pandêmico estive na docência e auxílio aos alunos para organização e acompanhamento didático do processo de ensino aprendizagem. Como isso foi restrito a rede Federal, meu interesse em conhecer os processos de ensino desenvolvidos na área municipal e Estadual é o motivo central da escolha do tema desse artigo.

Ao começar a pós graduação ficamos assolados por algo numa imaginado nos últimos tempos. Em 2021, estávamos assoladas pela Pandemia da Covid 19. Dessa forma devido a minha profissão de professora e com novos desafios para o ensino e aprendizagem dos alunos remotamente, tive interesse em me aperfeiçoar com novas práticas pedagógicas e novos desafios. Nesse curso tive uma oportunidade de adquirir novas habilidades e competências na minha área de atuação.

1.2 APRESENTANDO A PESQUISA

A pesquisa pretende investigar como ocorreram os atendimentos aos alunos do público da Educação Especial em meio ao ensino remoto. Em 2021 estamos assoladas pela Pandemia da Covid 19. No início do ano de 2020, emerge um aspecto que se torna agravante à situação docente nas escolas públicas brasileiras. A Covid-19, doença infecciosa causada pelo Coronavírus, se espalhou rapidamente pelo mundo e em poucas semanas foi considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia, impondo, dentre outras medidas, a restrição da circulação e aglomeração de pessoas, o que desencadeou significativas mudanças no cenário educacional mundial.

No Brasil, a suspensão de aulas presenciais das escolas de educação básica no mês de março/2020, em todo país, fez com que governos locais, estaduais e o governo federal tivessem que traçar alternativas para que o ano letivo não fosse cancelado.

Atualmente em 2022, a pandemia ainda não foi totalmente superada. A questão é que com a ômicron apesar de ter sido detectada muito recentemente, ela chamou muito a atenção por trazer diversas mutações em partes importantes do coronavírus, Então após a vacinação estamos vivenciando um momento de vigilância dos efeitos tardios da covid e suas subvariantes.

A problemática desse artigo é identificar como ocorreu o ensino ao público da Educação Especial durante a Pandemia. Existem práticas pedagógicas capazes de auxiliar esses alunos no Ensino a Distância?

De certa maneira falar sobre Educação/Tecnologias e Educação Especial é um assunto de extrema relevância perto do contexto social vivenciado no Brasil. Já pensou como poderíamos encarar essa pandemia se já tivemos formação com ferramentas tecnológicas desde a graduação? É uma questão interessante e intrigante a análise dessa questão mediante a realidade vivenciada. Meu tema de investigação é compreender: como as ferramentas tecnológicas orientaram os estudos dos alunos públicos da educação especial no contexto de pandemia? Essa pesquisa é importante porque na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aparece essa garantia. Contudo será possível em meio a pandemia a concretização desse Direito?

Diante disso é importante entender que a Educação Especial é uma “modalidade da educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (art.58). Ainda nesse artigo são estabelecidas

determinações sobre os serviços de apoio especializado, sobre como deve ser oferecido o atendimento educacional e sobre quando deve ser iniciada a oferta de educação especial:

Art. 58 [...] haverá quando necessários serviços de apoio especializado, na escola, regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes de ensino regular. 3º A oferta de educação especial, deve ser constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1996, Art 58).

Já a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência é constituída como um conjunto de normas cujo objetivo principal é assegurar que os indivíduos com deficiência, possam exercer seus direitos de forma plena. Para que esses direitos aconteçam são descritos os seguintes objetivos:

[...] 7º São objetivos da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência: I- o acesso, o ingresso e a permanência da pessoa portadora de deficiência em todos os serviços oferecidos à comunidade; II- integração das ações dos órgãos e das entidades públicos e privados nas áreas de saúde, educação, trabalho, transporte, assistência social, edificação pública, previdência social, habitação cultura, desporto e lazer, visando à prevenção das deficiências, à eliminação de suas múltiplas causas e à inclusão social. III- desenvolvimento de programas setoriais destinados ao atendimento das necessidades especiais da pessoa portadora de deficiência; IV- formação de recursos humanos para atendimento da pessoa portadora de deficiência V- garantia da efetividade dos programas de prevenção, de atendimento especializado e de inclusão social. (BRASIL, 1996, Art 58)

Diante dessa situação o objetivo geral é demonstrar ferramentas tecnológicas e alternativas para Educação Especial no contexto do trabalho docente na pandemia. Neste sentido, desdobra-se nas seguintes direções: a) analisar quais as estratégias didáticas são possíveis nesse contexto pandêmico? (b) Investigar quais as possibilidades e instrumentos utilizados para educação especial no contexto da pandemia?. Por fim, investigar as ferramentas utilizadas pelos docentes para auxiliar a Educação Especial.

1.3 O QUE DIZ A LEGISLAÇÃO SOBRE ISSO?

Aos alunos atendidos na modalidade da educação especial³ apesar da lei garantir a

³ Essa modalidade da educação atende pessoas com deficiências sensoriais, deficiências físicas, deficiências múltiplas e deficiências intelectuais. Além disso, dentro do cenário de educação especial ainda existem os transtornos de comportamento e desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, e as dificuldades de

matrícula nas instituições escolares, esse direito estende-se além do acesso e permanência, é fundamental aos profissionais da educação possuírem práticas educativas inclusivas. Por esse motivo ao discutir como educar alguém com deficiência é um desafio. Isso ocorre porque, culturalmente, nós, ainda temos dificuldades em aceitar, e respeitar tudo aquilo que sai do “padrão”.

De acordo com as pesquisas de Anjos, Andrade e Pereira (2009) são sentimentos que evidenciam a crise vivida pelos professores, com potencial para alavancar experiências produtivas. Entre esses sentimentos, destacam-se: o choque sentido pelos professores no início do trabalho com alunos deficientes, que faz com que ele perceba um vazio na sua formação, a falta de um treinamento e o fato de que esses novos sujeitos que estão na sala de aula exigem novas capacidades e novos modos de pensar entre outros.

O modo como lidamos com um sujeito com deficiência se relaciona diretamente com o tipo de conhecimento que possuímos daquela realidade. A atitude que um grupo social tem com um indivíduo deficiente revela como estamos constituídos para lidar com as diferenças.

O respeito aos direitos da pessoa com deficiência ainda não é algo comum em nosso cotidiano. Essas questões elas podem ser percebidas ao realizamos pequenas observações em corriqueiras. Coisas que parecem ser comuns, mas demonstram o desrespeito a lei nº 13.146/15 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência/ Estatuto da Pessoa com Deficiência).

É comum observar, por exemplo, em ônibus pessoas que ocupam os assentos destinados aos deficientes, estacionam seus carros em vagas reservadas a esse público, usam a faixa lateral para acomodar motos, proprietários que mantém uma arquitetura urbana de passeios irregulares, o mercado de trabalho com número de vagas reduzidas a esse público, locais sem condição adequada de acessibilidade, entre outros.

Atualmente pensar em Educação Inclusiva⁴ é lutar contra o conservadorismo.

aprendizagem.

⁴ A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008, p. 1). Vale ressaltar que não é objetivo desse trabalho discutir sobre o conceito de inclusão total. O objetivo desse trabalho é a discussão com enfoque das pessoas com deficiência E o termo de inclusão total aborda a individualidade do processo de ensino que preocupa do fracasso ao sucesso escolar de todos os alunos. Para Sánchez, “faz referência não somente aos alunos com deficiência educacionais especiais, que sem dúvida tem que seguir sendo atendido, seguir dando as respostas educativas e recebendo apoio correspondente. Mas, se não a todos os alunos da escola.” (SÁNCHEZ, 2005, p.11).

Recentemente, Milton Ribeiro⁵ ocupante do cargo de Ministro da Educação ao reportar sobre esse público destacou que “essas crianças atrapalham o ensino dos demais estudantes”. Contudo, essa visão historicamente faz parte daquilo que denominamos por integração. Para Mantoan (2006) esse período é um momento no qual o indivíduo está inserido na sociedade, mas cabe a ele adaptar se as condições sociais vivenciadas. Isso também é conhecido como integração. Etapa na qual a história da Educação Especial é marcada pela adaptação do indivíduo a sociedade e uma segregação da pessoa com deficiência. Pensamentos como esse destacado pelo Ministro podem inferir a uma lógica perversa porque induzem a sociedade a ver a diferença como algo negativo ou pejorativo.

Segundo Mantoan (2006), as diferenças na perspectiva inclusiva estão sendo feitas e refeitas, elas são construção e por isso não podem ser naturalizadas. A diferença merece ser compreendida e não apenas respeitada e tolerada, nesse sentido, precisamos avançar no reconhecimento das diferenças para a construção de uma sociedade livre de preconceitos e discriminação.

Para essa autora as ações educativas precisam ter como eixo o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade. A inclusão é, portanto, o produto de uma educação plural, democrática e transgressora. O aluno da escola inclusão é um sujeito que não tem identidade fixada em modelos ideais permanentes, essenciais. Dentro dessas perspectivas vamos analisar como ocorreu o ensino remoto nas escolas e as ferramentas utilizadas para o ensino. Diante dessas questões elencadas pretendemos discutir como foi esse processo e os processos que envolveram o ensino aprendizagem nesse período.

2 - ENSINO REMOTO E O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

A ferramenta escolhida para aplicar o ensino remoto na maior parte das escolas estaduais e municipais foi o Google Meet. Isso porque o governo fez uma parceria com a Google Workspace comprou acessos premium⁶ para os professores. Com um login que

⁵ Matéria completa disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/08/24/milton-ribeiro-ministro-da-educacao-fala-criancas-deficiencia.htm>. Acesso em 05/05/2022.

⁶ Os planos do Google Workspace começam com apenas R\$24,30 mensais por usuário para o Business Starter, R\$48,60 mensais por usuário para o Business Standard e R\$81 mensais por usuário para o Business Plus. Isso é o valor quando adquirido individualmente.

permita construir aulas síncronas com até 300 estudantes. O google meet por exemplo, ele permite reuniões e aulas síncronas, ou seja, aulas em que professores e alunos se encontram ao mesmo tempo para estudarem ou tratarem um determinado assunto/conteúdo entre outros.

Logo, estas ferramentas permitem interações tanto síncronas, quanto assíncronas o que as torna uma alternativa prática, barata e viável, principalmente, para o momento de pandemia, no qual não foram possíveis grandes investimentos por parte dos gestores públicos, os recursos acabaram se concentrando na saúde, prioridade máxima em todas as esferas do poder. Isso relembra uma discussão já apontada por FARIAS (2003) ao afirmar que:

Não é suficiente equipar materialmente as escolas. É preciso cuidar do material humano, de sua formação continuada como estratégia de política prioritária para que a incorporação de tecnologias [...] do contrário, a mudança na prática escolar na perspectiva de melhora tende a constituir-se numa retórica do discurso político sedutor (FARIAS 2003, p.19).

A autora aponta como prioridade investir na formação docente para que essas tecnologias sejam utilizadas. Contudo, o incentivo ao uso de tecnologias e inovações em formações continuadas ainda é uma realidade e desafio na prática docente. Por esse motivo diversos profissionais tiveram que adaptar-se a essa realidade e uso do google meet como estratégia para ministrar aula. Em nossa pesquisa recortamos e investigamos como uma Escola Estadual do Estado de Minas Gerais apropriou dessa ferramenta para o ensino.

Dessa forma, o Governo do Estado de Minas Gerais, a partir de deliberações baseadas nos pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE), do Conselho Estadual de Educação (CEE), da Secretaria Estadual de Educação (SEE) de Minas Gerais, com a normativa e o decreto nº 48.040, de 17 setembro de 2020, e da legislação vigente – dentre elas a Lei 9394/1994 – implementou em toda a rede estadual de ensino básico o Regime Especial de Atividades Não-Presenciais (Reanp) com o objetivo de dar aos estudantes a possibilidade da continuidade do processo de desenvolvimento cognitivo e proporcionar a retomada de algumas atividades educacionais, mesmo que sejam fora do convívio escolar (MINAS GERAIS, p. 04). Na rede Federal ficou adotado o Regime de Atividades Não Presenciais (APNPs), mas o objetivo era idêntico em ambas os sistemas de ensino, garantir a continuidade da Educação.

A partir da implementação do Reanp, a principal forma de comunicação entre escola e comunidade escolar - assim como professores e alunos - passou a ser os meios digitais. Os aplicativos de mensagens, as plataformas virtuais, as redes sociais, tornaram-se para muitos a nova sala de aula, mas não para todos, uma vez que não são todos os alunos que têm acesso a tais meios de comunicação e entre os docentes o acesso também há problemas no acesso.

Diante desse cenário alguns alunos utilizaram o google meet e outros o material impresso na escola que eram denominados Pet (plano de Ensino Tutorado). Ao analisar as dificuldades que foram acentuadas no processo de implementação de um regime de estudos remoto, tanto para docentes quanto para discentes.

Saviani (2021) argumenta que é inviável a educação não ser um processo presencial. Dessa forma, a educação se constitui necessariamente como uma relação interpessoal, implicando, portanto, a presença simultânea de mais de um agente na atividade educativa. Não obstante, para Saviani,

Não basta apenas presença simultânea, pois isso estaria minimamente dado por meio das atividades síncronas do “ensino” remoto. Para compreender essa insuficiência, precisamos nos deter nos elementos constitutivos da prática pedagógica. (SAVIANI, 2021. p. 39)

Nesse ínterim, Saviani (2021) argumenta ainda sobre as consequências geradas sobre a saúde física e mental dos docentes decorrentes da intensificação do trabalho e das pressões sofridas para a adequação ao regime de ensino remoto,

Redes de ensino estaduais e municipais, assim como diversas instituições públicas de ensino superior, lançaram mão do “ensino” remoto para cumprir o calendário escolar e o que se observou de maneira geral foi que as condições mínimas não foram preenchidas para a grande maioria dos alunos e também para uma parcela significativa dos professores, que, no mais das vezes, acabaram arcando com os custos e prejuízos de saúde física e mental decorrentes da intensificação e precarização do trabalho. (SAVIANI, 2021, p. 39).

Além disso, o teórico alerta para o prenúncio de um contexto pós-pandêmico caótico no que diz respeito aos limites entre ensino presencial, ensino remoto e a modalidade de educação à distância, o que implica na dificuldade de compreensão de setores da sociedade, como estudantes e seus familiares.

O quadro que se anuncia para o período pós-pandemia trará consigo pressões para generalização da educação a distância, como se fosse equivalente ao ensino presencial, em função dos interesses econômicos privados envolvidos, mas também como resultado da falta de uma verdadeira responsabilidade com a educação pública de qualidade e, ainda, pela apatia de entidades de classe, organizações populares e movimentos sociais ditos progressistas que se renderam ao canto de sereia do ensino virtual (SAVIANI, 2021, p. 39).

No contexto pandêmico⁷, a preocupação que vem se configurando está relacionada com o processo de ensino aprendizagem. Já é destacado o déficit de aprendizagem e agora o aumento da evasão, doenças relacionadas a saúde mental. Todas essas problemas já são apontadas em estudos produzidos pelo MEC. Os desafios são enorme e para Valente (2020) que diz que faz-se necessário investir também na formação permanente dos professores, vimos que a implementação do uso emergencial e compulsório de tecnologias digitais de informação e comunicação como principais ferramentas de ensino e aprendizagem para professores da rede estadual de educação de Minas Gerais trouxe à tona, sobretudo, a situação precária da estrutura material das escolas no que concerne aos insumos necessários ao ensino remoto, assim como, o baixo incentivo e acompanhamento aos professores para uma capacitação efetiva na utilização das ferramentas a serem utilizadas.

Como o meet foi a ferramenta institucional utilizada por todas as escolas do Estado de Minas Gerais, em geral os links do acesso a essa aula eram enviados via aplicativo de mensagens (WhatsApp), na plataforma Google Sala de Aula com aulas assíncronas e aulas síncronas por meio da ferramenta Google Meet. O Estado também comprou o pacote do Workspace. Dessa forma o docente podia gravar as aulas e tinham condições de agrupar diferentes funções nessa mesma ferramenta para composição das aulas destinadas a esse público. O uso do Google Keep, Agenda, Meet, Jambord, drive, websites e outras fontes foram possíveis devido a adesão do Estado e professores a esse recurso. Com tais recursos foi possível atender a esses alunos e aqueles que não tinham internet recebiam o material impresso em casa. Essas alternativas fizeram todos os alunos conseguirem ter acesso ao

⁷ Ainda segundo o Inep, o Brasil registrou uma média de 279 dias de suspensão de atividades presenciais durante o ano letivo de 2020, não sem consequências sérias. O estudo *Perda de Aprendizagem na Pandemia*, uma parceria entre o Insper e o Instituto Unibanco, estima que, no ensino remoto, os estudantes aprendem, em média, apenas 17% do conteúdo de matemática e 38% do de língua portuguesa, em comparação com o que ocorreria nas aulas presenciais. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/pandemia-acentua-deficit-educacional-e-exige-aco-es-do-poder-publico>> Acesso em 12 de agosto de 2022.

material. Contudo,

Para o caso das redes públicas de ensino, essa tarefa se torna complexa porque há famílias que têm (sérias) limitações para auxiliar os estudantes. Responsáveis que trabalham que têm pouca escolaridade ou, ainda, precisam apoiar muitas crianças ao mesmo tempo. As condições socioeconômicas e de infraestrutura também são relevantes. Como são geralmente mais pobres e vivem em domicílios menores e mais restritos, educar em casa pode ser uma missão impossível. É preciso garantir que as crianças oriundas dessas famílias tenham acesso todas às orientações necessárias ao bom andamento dos seus estudos, o que, ultrapassa as questões de ordem educacional. A educação pública remota vincula e potencializa questões (e políticas públicas) sociais, culturais e econômicas que estão associadas com um profundo histórico de exclusão e pobreza. (OLIVEIRA, 2021, p.104 e 105)

Logo, os alunos que não tinham condição de serem atendidos podiam fazer as atividades por meio do Plano de Estudos Tutorados. Contudo, era uma condição que acaba por ficar comprometida, por exemplo, um aluno com dúvida e sem auxílio em casa não tinha condições de realizar as atividades sozinhas. No caso específico do AEE, os alunos tinham atendimento remoto, e o mesmo sistema de PET impresso era realizado, mas adaptados as necessidades dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo identificamos que houve um atendimento educacional especializado por parte dos profissionais da educação para os alunos do AEE. A garantia do atendimento educacional foi efetivada com uso de tecnologia e por suporte de aulas gravadas e material

impresso.

A realidade é que tanto alunos fora dessa modalidade quanto quem é representante da modalidade da Educação Especial, tiveram dificuldades em acompanhar esse processo. Como elencado durante todo esse artigo, os déficits de ensino aprendizado estão elevados. Com isso, é necessário a criação de políticas intersetoriais para reaver as dificuldades dos alunos de modo a tentar suprir esses quase dois anos de estudos remotos. Para PEREIRA e SOARES (2021, p.6),

O que se observa é o desenvolvimento de ações completamente desarticuladas, centradas nos conteúdos de ensino a serem trabalhados por meio de ferramentas digitais, muitas dessas ferramentas desenvolvidas pela lógica do setor privado da educação. Enfim, o que se tem em Minas Gerais é a ausência de atuação do Estado na defesa da vida e da educação pública como direito de todos [...].

Portanto, os alunos que são públicos dessa modalidade conseguiram ter atendimento nessa área mesmo em tempos pandêmicos. Os profissionais adaptaram o ensino a realidade local e na medida daquilo que foi possível desenvolver aconteceu os atendimentos. Contudo, ainda são grandes os desafios para tentarmos preencher as lacunas deixadas durante esse período.

O estudo apresentado buscou refletir, com criticidade essa temática. Dessa forma as implicações da pandemia da Covid-19 causada pelo novo coronavírus, SARS-CoV2 na implementação do Reanp. Observamos a partir da situação de ordem sanitária vivenciada mundialmente e de todas as modificações que ela impôs ao cenário educacional brasileiro que proporcionou aos alunos materiais necessários, assim como exigidas, para o desenvolvimento de um processo educativo. Entretanto, isso não foi suficiente para preencher as lacunas e as dificuldades apresentadas pelos alunos. Dessa forma, é necessário pensar em medidas diferenciadas para garantir aos alunos uma Educação reparadora de todo esse processo.

Portanto diante dessa situação existe uma necessidade do fomento para pesquisas, projetos e políticas voltadas para a saúde física e mental de discentes e docentes no contexto pós-pandêmico, como forma de garantir uma educação de qualidade. Ademais, é essencial trilhar caminhos que apontem para a formação contínua dos profissionais da educação que os preparem para lidar com situações inesperadas e que insira a escola pública atual no mundo tecnológico para que, paulatinamente, consigamos reduzir o

abismo de desigualdades que assolam o país e ficam tão evidentes em situações como a que temos vivenciado nos últimos meses. Logo, a educação especial foi uma das modalidades mais afetadas porque o seu atendimento presencial tão necessário nas terapias dos alunos ficou comprometida. Esses alunos necessitam de recomposição de carga horária e incentivos para tentar regatar o período de atividades remotas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso 08 Out 2021.

BRASIL. **Parecer CP/CNE 05/2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. MEC: Brasília-DF, 2020.

FARIAS, I. M. S. **Os professores e as Tecnologias na escola: limites e perspectivas da inovação**. Tecnologia Educacional. anos 2002/2003, n.159/160.

GÓMES. C. V e LAZO, C. M. **Modelo de integración educucomunicativa de pps'móviles para la enseñanza y aprendizaje**. Revista de Medios y Educación. Nº 46. p. 137 a 153. Disponível em: Acesso em: 01 fev. 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2006. (Col. Cotidiano Escolar).

OLIVEIRA, B. R; OLIVEIRA, A.C.P; JORGE, G.S.; COELHO, J.F. **Implementação da Educação Remota em tempos de pandemia: análise da experiência do estado de Minas Gerais**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 16, n. 1, p. 84-106, jan./mar. 2021. e-ISSN: 1982-5587. DOI:<https://doi.org/10.21723/riaee.v16i1.13928>

PEREIRA. M.S.F. e SOARES. M.P.S. **Educação Básica em Minas Gerais no contexto da pandemia e na trilha do partido “novo”**. REVISTA Educação Básica em Foco, v.1, n1, abril a junho de 2020 Disponível em: <<https://educacaobasicaemfoco.net.br/NumeroAtual/Artigos.html>> acesso em 14/08/2022.

SAVIANI, D. **Crise Estrutural, Conjuntura Nacional, Coronavirus e Educação – O desmonte da educação nacional**. In: Revista Exitus, Santarém/PA, Vol. 10, p. 01-25, e020063, 2020.

VALENTE, G. **O ensino remoto frente às exigências do contexto de pandemia: Reflexões sobre a prática docente**. In: Research, Society and Development, v. 9, n. 9, e843998153, 2020



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO
Autarquia criada pela Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008

ATA DE DEFESA DE TRABALHO FINAL DE CURSO

Via web conferência () Presencial

Ata de Defesa de Trabalho Final de Curso para concessão do Grau de Especialista pelo Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Práticas Pedagógicas do Instituto Federal do Espírito Santo.

Santa Teresa, 13 de outubro de 2022.
Candidato: **Andressa Garcia Castilho.**
Orientador: *Profa. Dra. Juliana Mezzomo Flores*

Banca Examinadora:
Prof. Dr. Marcelo Monteiro dos Santos
Profa. Ms. Juliana de Araújo e Silva

Título do Trabalho: ENSINO REMOTO E A PANDEMIA: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM A DISTÂNCIA.

Hora de Início: 15:00

Link da apresentação virtual: <https://meet.google.com/xix-nxby-xov>

Em sessão pública, após exposição de cerca de 70 minutos, o candidato foi arguido oralmente pelos membros da banca, tendo como resultado:

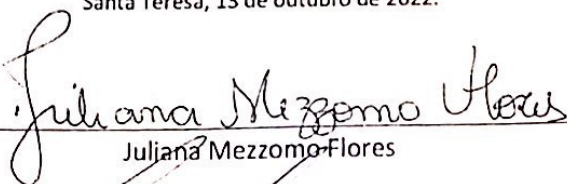
- APROVAÇÃO DO TRABALHO FINAL DE CURSO POR UNANIMIDADE
- APROVAÇÃO SOMENTE APÓS SATISFAZER AS EXIGÊNCIAS QUE CONSTAM NA FOLHA DE MODIFICAÇÕES NO PRAZO FIXADO PELA BANCA (NÃO SUPERIOR A TRINTA DIAS)
- REPROVAÇÃO DO TRABALHO FINAL DE CURSO

NOTA DA BANCA: 90,00.


RESULTADO: Aprovado

Na forma regulamentar foi lavrada a presente ata, que será assinada pelos membros da banca.

Santa Teresa, 13 de outubro de 2022.


Juliana Mezzomo Flores


Marcelo Monteiro dos Santos


Juliana de Araújo e Silva